



ACÓRDÃO Nº918/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11411/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Pauini
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Vagner de Moura Costa (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 120/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Pauini. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Revelia. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. À UNANIMIDADE:

- 10.1.1. **Determinar** de acordo com voto-destaque do conselheiro Érico Xaveir Desterro e Silva, o qual foi acatado pelo Relator, a instauração de Tomada de Contas Especiais à sra. Emidia Gayoso Ybarra para apuração de responsabilidade do valor imputado na proposta original

10.2. POR MAIORIA:

- 10.2.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Vagner de Moura Costa, responsável pela Câmara Municipal de Pauini no curso do exercício 2017;
- 10.2.2. **Considerar revel** a **Sra. Emidia Gayoso Ybarra** nos termos do art. 20, § 4º da Lei n. 2.423/96;
- 10.2.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Vagner de Moura Costa** no valor de **R\$ 3.413,60** conforme descrição abaixo:
 - 10.2.3.1. **R\$ 1.706,80** com fundamento no art. 54, VII, da Lei



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº918/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

n. 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM e em razão das conclusões apresentadas nos itens 5 e 6 deste Voto;

10.2.3.2. **R\$ 1.706,80** com fundamento no art. 54, I, "c", da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, I, "c", do RI-TCE/AM e em razão da conclusão apresentada no item 3 desta Proposta de Voto;

As sanções deverão ser recolhidas no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.2.4. **Determinar** à atual gestão que evite a prática das falhas descritas na fundamentação desta proposta de voto.

10.2.5. **Dar ciência** do desfecho destes autos à Sra. Emidia Gayoso Ybarra, ao Sr. Vagner de Moura Costa e à atual gestão da Câmara Municipal de Pauini.

Vencido parte do voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das contas, multa e determinações. Relator retirou, em sessão, o alcance e multa à sta. Emidia Gayoso Ybarra.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Setembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº918/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral